



Índice

- 01 RO – Atingidos do Araras, Nova Mamoré, exigem novas terras
- 02 Funai diz que os índios Juma estão felizes
- 03 Borehá Juma foi separada da filha por suposta adoção
- 04 Ensino médio via satélite chega a aldeias indígenas de Rondônia
- 05 Primeira edição dos Jogos Mundiais Indígenas acontecerá no Brasil
- 06 Indígenas de Guajará-Mirim, RO receberão aulas via satélite em aldeias
- 07 "Jogos Mundiais Indígenas serão referência", diz prefeito de Palmas (TO)
- 08 Palmas se prepara para sediar Jogos Mundias Indígenas
- 09 Famasul divulga nota contra demarcação de terras indígenas em Mato Grosso do Sul
- 10 Bancada ruralista define prioridades para 2015
- 11 Pista clandestina em comunidade quilombola será desativada
- 12 Rondônia enfrenta exploração sexual de crianças e adolescentes
- 13 O Gosto amargo da falta de água doce
- 14 Deputado quer lançar Frente Parlamentar em defesa do Rio São Francisco
- 15 KOINONIA lança Atlas Observatório Quilombola
- 16 Depois de garantir acesso à terra, Xavantes pedem mais atenção à saúde



- 17** [Proposta inovadora levará ensino médio às aldeias indígenas em Guajará-Mirim](#)
- 18** [Aruká, o último guerreiro Juma na Amazônia](#)
- 19** [Maria Augusta Assirati: Ex presidente da Funai diz que o governo travou as demarcações de Terras Indígenas](#)
- 20** [Justiça determina que índios desocupem Sesai de Boa Vista](#)
- 21** [Com dois anos de desintrusão, índios lutam para recuperar terras degradadas](#)
- 22** [Setrabes doa brinquedos, enxovais e redes que estavam abandonados em depósito](#)
- 23** [Jogos Mundiais Indígenas serão o evento de 2015](#)
- 24** [Líder de associação indígena diz ser contra invasão da Sesai em Roraima](#)
- 25** [Estado realiza censo das comunidades quilombolas na Paraíba](#)
- 26** [Quilombolas de Rondônia esperam demarcação](#)
- 27** [Sepaz distribui cartilhas a ribeirinhos](#)
- 28** [Fiscais apreendem 400 equipamentos](#)
- 29** [Pescadores de Monte Alegre cobram pagamento do seguro defeso de 2014](#)
- 30** [Condutores de turismo de pesca terão profissão reconhecida](#)

RO – Atingidos do Araras, Nova Mamoré, exigem novas terras
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 27.01.2015



por Comissão Pastoral da Terra de Rondônia

Situada a 200 km. de Porto Velho a beira do Rio Madeira, na BR 425, a comunidade do garimpo do Araras, em Nova Mamoré, ficou completamente alagada em 2014. A perspectiva é que nova enchente atinja a comunidade após a construção da barragem de Jirau.

Ontem, 26 de janeiro de 2015, os atingidos da comunidade de Araras, distrito de Nova Mamoré, juntos ao Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), realizaram manifestação no centro das secretarias cobrando do Governo do Estado de Rondônia a reconstrução da comunidade em local seguro e planejamento para a execução de medidas emergenciais para a próxima enchente.

Segundo o G1, o grupo de 45 moradores de Araras, distrito de Nova Mamoré, distante 45 quilômetros do município, esteve na manhã desta segunda-feira (26), em frente ao Centro Político Administrativo (CPA), em Porto Velho, para reivindicar melhorias para a localidade que reúne mais de 200 famílias. Os manifestantes estão apreensivos com uma possível cheia, como a que aconteceu em 2014 e deixou os moradores do local desabrigados, e apresentaram as reivindicações para a Secretaria Estadual de Assuntos Estratégicos (Seae).

CONT.



De acordo com a comerciante Maria Aparecida Carrilho Duarte, de 61 anos, o distrito de Araras não possui médicos, posto de saúde e a água da comunidade está contaminada. "Os políticos têm que ter misericórdia dos moradores. Tem criança ficando doente, pegando alergia e se contaminando com a água", diz a moradora.

A manifestação foi organizada pela presidente da Associação de Mulheres Guerreiras e Produtoras Rurais do Distrito de Araras, Márcia Vargas de Souza Silva, que, junto com membros do Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), exige um pedaço de terra para transferir o distrito, além de água potável e auxílio aos desabrigados pela enchente do último ano.

Conforme Márcia, a reunião com a Seae foi positiva. "Tivemos bons resultados e vamos conseguir o nosso objetivo. Nesse momento, estamos esperando a enchente, se ela vier, vamos ter que sair, se não houver, vai uma equipe da Seae para o distrito fazer um levantamento, para ver qual é a família que vai ser beneficiada para depois liberar o auxílio e vamos fazer uma reunião para apresentarmos uma terra para onde nós queremos ir", explicou.

Segundo a diretora executiva da secretaria, Rosana Cristina Vieira, que recebeu os representantes do grupo, a equipe saiu para o município de Guajará-Mirim no início da tarde desta segunda-feira para uma visita técnica. "Nós vamos checar a questão do auxílio para evitar fraudes e vamos aguardar o grupo nos passar o local da terra que eles pretendem se mudar, para que o governo possa se reunir com a prefeitura de Nova Mamoré", esclareceu Rosana.

Foto: Manifestantes do Araras em Porto Velho. Foto: Banzeiros do Madeira.

Funai diz que os índios Juma estão felizes

SÍTIO AMAZÔNIA REAL, 27.01.2015



Família no tapiri assiste TV por antena parabólica (Odair Leal/AR)

MANAUS (AM) – Em resposta aos questionamentos da agência Amazônia Real sobre a adaptação dos índios Juma ao território tradicional, em Canutama (AM), e as dificuldades que eles enfrentam para sobreviver devido a falta de estrutura na aldeia, a presidência da Funai (Fundação Nacional do Índio), em Brasília, disse por meio de nota enviada pela assessoria de imprensa, que a etnia “continua em alta vulnerabilidade social e cultural, mas que a partir de novos arranjos e reelaboração de sua organização tem gerado novas possibilidades”.

“Há um forte sentimento entre os índios de pertencimento àquelas terras, mesmo passados tantos anos de afastamento. O mais velho dos Juma, Aruká, e sua família – as filhas Mandei, Maitá e Borehá, com seus 13 filhos e os maridos de duas delas – instalaram-se definitivamente na Terra Indígena Juma. Eles possuem roças, produzem farinha tanto para consumo próprio quanto para a comercialização do excedente, têm fartura de caça e de pesca, e as mulheres têm acesso a benefícios sociais do governo federal que auxiliam a cobrir necessidades básicas.

CONT.



Os Juma estão felizes com sua terra, e a principal reclamação do grupo é quanto à educação das crianças, pela falta de escola”, diz a Funai, em nota.

O órgão indigenista, ligado ao Ministério da Justiça, afirma que na primeira etapa do regresso dos índios Juma ao território, entre os anos 2011 a 2013, providenciou o deslocamento deles e os acompanhou em mais de 70 dias contínuos. Desde então, segundo a fundação, tem mantido um servidor por vez, em turnos de aproximadamente 15 dias, na aldeia em Canutama (AM).

Entre os dias 19 a 23 de novembro, período em que esteve na aldeia Juma acompanhada pelo sertanista e técnico da Funai, Áureo César de Oliveira, a reportagem da agência Amazônia Real encontrou os 18 índios sem a presença de servidores no lugar. A situação permaneceu assim até o dia 25 de janeiro último, quando a fundação enviou dois funcionários ao local.

Sobre a ausência de escola na aldeia Juma, a Funai afirma que a Prefeitura de Canutama tem alegado falta de recursos para instalar e manter uma unidade no local. “Segundo a cacique Mandei, o prefeito teria prometido a instalação de uma escola na aldeia no início de 2015”, disse a Funai.

Contestando as declarações da cacique Mandei sobre as residências da aldeia, a Funai afirma que construiu uma casa de farinha e as outras três casas de madeira com mão de obra e recursos próprios. Também construiu uma maloca (o tapiri, onde os índios fazem as refeições), no ano de 2013. Disse que a Prefeitura de Canutama doou a madeira das três casas.

Segundo a Funai, foi instalado um rádio para facilitar a comunicação com a aldeia, inclusive para os Juma solicitarem atendimento da Sesai e da Funai. “Disponibilizamos uma lancha com motor de popa para a aldeia e fornecemos a gasolina do motor de popa, bem como o combustível para acionar um gerador de energia elétrica doado pela Prefeitura de Canutama”, disse.

A Fundação Nacional do Índio afirmou que outras ações na aldeia Juma não são de suas atribuições e explicou da seguinte forma: “o Posto de Saúde, banheiro e poço (artesianos) são com a Sesai. A energia do Programa Luz para Todos é com o Ministério de Minas e Energia”.

Para as ações de fiscalização e transporte junto aos Juma, a Funai informou que no início deste ano de 2015 vai enviar à terra indígena uma lancha nova e um motor novo de 40 HP. “Os recursos financeiros para a aquisição do equipamento já estão empenhados. Em 2015, também haverá mais ações de fiscalização, que foram prejudicadas em 2014 devido à destruição da sede da Funai em Humaitá, de uma embarcação de médio porte e de todos os veículos, em dezembro de 2013”, afirma.

Com relação aos chamados de emergência na saúde na aldeia, a Funai afirmou que, quando os Juma precisam de atendimento médico, eles utilizam o rádio mantido pela fundação na aldeia para chamar a Sesai (Secretaria Especial de Saúde Indígena).

“A Sesai envia equipe e/ou providencia o traslado dos indígenas, conforme a necessidade. Os



indígenas têm reclamado da demora no atendimento por parte da Sesai, que também teve sua infraestrutura em Humaitá destruída em dezembro de 2013, no mesmo episódio que resultou na destruição da sede da Funai. No episódio mais grave de 2014, em março, a cacique Mandei foi picada por uma cobra e precisou de atendimento médico. Foi levada para Humaitá com ajuda da Funai, que forneceu o combustível da lancha, e para Porto Velho pela Sesai. Foi medicada e ficou totalmente recuperada”, disse a Funai.

Com relação à criação do posto de fiscalização da Funai na Terra Indígena Juma, Raimundinho Parintintin, coordenador técnico em Humaitá (AM), disse que a fundação não conseguiu a descentralização dos recursos para fazer a obra. “Essa é a primeira medida para 2015, mas depende do Orçamento. Isso é uma prioridade, primeiro. Temos que fazer o atendimento de saúde também. É preciso construir um posto deles. É muito ruim eles deixarem os medicamentos na residência do indígena. Tem que ter o seu planejamento de saúde e capacitar o indígena para atender e dar a medicação”, afirmou o coordenador.

Prefeitura deve construir escola

A Secretaria Municipal de Comunicação da Prefeitura de Canutama respondeu à reportagem da agência Amazônia Real dizendo que construiu três casas de madeira da aldeia Juma e forneceu madeira e mão de obra pelo programa Moradia Digna.

Segundo a secretaria, foram doados a casa de farinha, o forno e o motor de água aos índios. “O investimento da Prefeitura foi de R\$ 22 mil entre os anos de 2013 e 2014”, afirmou o secretário Fregilsom Rabelo dos Santos.

Ele disse que a Prefeitura de Canutama avalia como boa a participação do município no apoio aos índios Juma.

“Estamos aguardando autorização dos órgãos responsáveis pela aldeia para fazemos a escola, razão pela qual não há previsão para o início das obras. Assumimos a responsabilidade de construir a escola porque em reunião os indígenas solicitaram a construção da referida escola na aldeia”, disse o secretário Fregilsom Rabelo dos Santos.

Aruká com o neto Thiago: suspeita de malária (Foto: Odair Leal/AR)

Aruká com o neto Thiago: suspeita de malária (Foto: Odair Leal/AR)

Sesai descarta malária, mas não explica motivo de febre

No dia 18 de dezembro último, a reportagem procurou a Sesai para explicar a situação do atendimento de saúde na aldeia Juma. Após encaminhar e-mails para quatro assessores de imprensa do órgão, sendo que um deles pediu prazo para responder a demanda devido ao recesso de final do ano de 2014, a secretaria enviou as respostas no dia 6 de janeiro de 2015.

CONT.

Na nota, a Secretaria de Saúde Indígena (Sesai), do Ministério da Saúde, não explicou se vai ou não construir um Polo Base de Saúde na aldeia dos Juma, em Canutama.



Na falta do posto médico, casa de Mandei abriga remédios
(Foto: Odair Leal/AR)

A Sesai disse que a etnia é atendida pelo "Dsei (Distrito Sanitário Indígena) de Porto Velho (RO), podendo também ser atendida por Humaitá (AM). Quando há necessidade de encaminhar pacientes às unidades de saúde, eles são enviados para polos base ou hospitais de Lábrea, Canutama ou Tapauá".

As sedes dos municípios de Lábrea e Canutama ficam, respectivamente, a 60 e 90 quilômetros de distância, em linha reta, da Terra Indígena Juma pela rodovia Transamazônica (BR 230), quando a estrada está transitável na época do verão amazônico (de julho a outubro). Já a distância entre Tapauá e a aldeia é de 257 quilômetros.

Com relação à saúde das crianças Juma, a Sesai afirma que não confirmou a suspeita de malária. O órgão se restringiu a falar sobre o atendimento prestado a criança Thiago Tembu Juma Uru-eu-wau-wau, filho da indígena Borehá Juma.

"Quanto ao estado de saúde dos indígenas citados, o Ministério da Saúde informa que apenas uma criança, de dez meses de idade, deu entrada na Casai Porto Velho. O paciente passa bem, já recebeu alta e recebe tratamento contra anemia. A criança não teve malária, conforme suspeita inicial", diz a nota.

A Sesai não informou a situação de saúde das crianças Mborehá e Tejuvi. Não disse o motivo da febre alta e nem em qual hospital público elas foram atendidas em Porto Velho. Também não explicou que tipo de anemia o bebê Thiago Tembu tem e como foi o seu tratamento.

A Casai de Porto Velho não é um hospital. É o local no qual os indígenas ficam hospedados na capital de Rondônia enquanto recebem tratamento em unidades públicas locais.

A Sesai não confirmou casos de malária entre os índios, mas informou que tomou medidas de prevenção e combate à doença entre os dias 02 e 05 de dezembro de 2014. Nesses dias, estavam na aldeia Juma apenas Aruká, Mandei e sua filha Tejuvi. Os outros indígenas estavam em Rondônia.

"A equipe de saúde que presta atendimento nas aldeias do município de Canutama realizou borrifação e pulverização de toda a área, além de realizar teste de gota espessa nos indígenas que se encontravam na aldeia. Nenhum deles apresentou quaisquer sinais da doença", diz a nota da Sesai.

Borehá Juma foi separada da filha por suposta adoção

SÍTIO AMAZÔNIA REAL, 27.01.2015



Borehá Juma (de bolsa) quer encontrar a filha (Foto: Odair Leal/AR)

DE CANUTAMA (AM) – A indígena Borehá Juma, 34 anos, tem quatro filhos do casamento com o Erowak Uru-eu-wau-wau, mas no fundo dos olhos ela tem uma tristeza que não passa: a saudade da primogênita adolescente de 16 anos.

A menina nasceu em 1998 de um relacionamento de Borehá com um pescador não indígena e morador da Vila Nossa Senhora do Carmo do Assuã, localidade vizinha da Terra Indígena Juma, no município de Canutama, sudoeste do Amazonas.

Borehá Juma afirma que, em 2006, entregou a garota para um casal de missionários da Jocum para que ela estudasse em Porto Velho, capital de Rondônia. Na ocasião, os Juma moravam na aldeia dos índios Uru-eu-wau-wau, na região do Alto Rio Jamari, em Guajará-Mirim (RO).

A indígena diz que nunca mais viu a filha e negou ter autorizado a adoção dela ao casal de missionários.

CONT.



A Jocum (Jovens com Uma Missão) é uma organização evangélica norte-americana que atua no Brasil desde 1975 e tem ações de religião e educação em várias comunidades indígenas da Amazônia.

Numa pesquisa na internet, a reportagem da agência Amazônia Real encontrou no site da 3ª. Igreja Presbiteriana de Belo Horizonte (MG), um relato da adolescente e uma fotografia dela com o casal de missionários da Jocum, Dionéia e Luiz Freitas. Em atenção ao Estatuto da Criança e do Adolescente, a foto não será publicada, assim como o nome da menina.

No relato, a garota diz que partiu da aldeia dos Uru-eu-wau-wau "aos dez anos porque estava tendo uma vida perigosa e não fazia parte daquela tribo", mas não deixou claro se sofreu algum tipo de violência.

"A única pessoa a quem eu pertencia era a minha mãe e eu não fazia parte daquela família, então eles podiam fazer qualquer coisa comigo. Os meus irmãos eram totalmente diferentes de mim, eram bem recebidos e bem cuidados, não tinham nenhum problema! Agora minha história foi transformada, moro com os missionários Luiz e Dionéia na Jocum em Porto Velho e sou muito feliz por estar aqui!", afirma a adolescente.

A menina completou dez anos de idade em 2008. Naquele ano, segundo Borehá Juma, a adolescente já não estava mais com a família indígena.

Borehá fala pouco o português. Para contar à reportagem da agência Amazônia Real o que aconteceu com a menina, a cacique Mandeí Juma fez a tradução do Tupi-Kagwahiva numa conversa reservada e permitida apenas com gravação em áudio no dia 20 de novembro último.

A indígena Borehá negou que a filha tenha sido gerada de uma violência sexual, conforme denunciou a Funai (Fundação Nacional do Índio), em 1998.

"Quando fiquei grávida dela, em 1998, os Juma viviam num completo abandono pela Funai. Nós morávamos na estrada. Ficávamos na ponte (da vila) 20 dias. Voltava para aldeia. A Funai dizia que a gente não podia se envolver com branco. O branco não me forçou, não teve violência. Eu gostei dele. Dessa relação nasceu minha filha, mas ele (o pescador) não quis a gente", disse Borehá.

Grávida, Borehá casou-se com Erowak Uru-eu-wau-wau, em 1999. Eles foram morar na aldeia do povo dele no Alto Jamari, em Guajará Mirim (RO). "Erowak me aceitou assim, foi normal. Depois ela (a menina) cresceu e ficou com a gente até os oito anos de idade", disse.

Borehá afirmou que, em 2006, aceitou que a menina estudasse com o casal de missionários da Jocum, Dionéia e Luiz Freitas, em Porto Velho.

"Eles conversavam muito na língua da gente no Alto Jamari e ensinaram as crianças a ler e escrever. Nós mandamos a menina para estudar com a Dionéia e o Luiz. Aí quando chegaram

CONT.



as férias, ela (a menina) não retornou mais para aldeia. Mas eu quero a menina de volta.”, disse Borehá.

A indígena Mandéi Juma contou que, ainda em 2006, Borehá e Erowak Uru-eu-wau-wau foram procurar a garota na sede da Jocum, em Porto Velho.

“Nós fomos na Jocum para fazer uma visita para a menina. Aí o pessoal da Jocum disse que a menina não estava mais na escola. Nós esperamos, mas nada. Fomos para escola, e perguntamos sobre a menina. A professora disse que a criança estava na casa da Jocum”, disse.

A cacique Mandéi Juma afirmou que, depois de muita procura, conseguiu localizar, em 2007, e falar com o casal de missionários na sede da Jocum. Na ocasião, estava acompanhando Borehá e Erowak.

“Dionéia disse que não ia mostrar a criança, só na frente do advogado. Depois ela mentiu, dizendo que a menina ficou com medo de voltar para aldeia. Aí chegou um advogado. Ele fez minha irmã assinar um papel. Não sabemos como foi isso”, disse.

Segundo a cacique Mandéi Juma, a Funai sabe da situação da suposta adoção. “A última notícia que tivemos é que menina mora hoje nos Estados Unidos”, afirmou.

Em resposta à reportagem no dia 26 de dezembro, a Presidência da Funai, em Brasília, não explicou que medidas tomará sobre o caso da suposta adoção da filha de Borehá. Também não disse que se houve algum processo judicial de adoção ou se a garota foi entregue ao casal de missionários por alguma violência contra a menina.

Na nota enviada, a Funai disse que ouviu por telefone a cacique Mandéi e que ela deu outra versão à assessoria de imprensa sobre a situação da adolescente, diferente da entrevista concedida à agência Amazônia Real.

“Segundo Mandéi, há desentendimentos entre Borehá e seu marido Uru-eu-wau-wau, padrasto da menina, sobre a questão do retorno da menina para a aldeia. Mandéi não quis dar detalhes sobre os motivos, e disse apenas que um deles seria o acesso à educação que a garota tem em Porto Velho, onde reside”, disse a Funai.

Em entrevista à reportagem, o indigenista e consultor ambiental Leonardo Cruz Sousa afirmou que a Funai abriu um processo e tentou resgatar a menina do casal de missionários da Jocum, mas não obteve resultado da ação. Ele trabalhou pela ONG Kanindé com os índios Juma de 2007 a outubro de 2014,

“Nem Borehá e nem Erowak sabem ler e escrever, portanto, eles não poderiam autorizar a adoção da menina aos missionários. O processo da Funai nunca deu em nada, não se importaram muito, foi uma negligência com os Juma”, disse.

CONT.



O indigenista leu o relato da menina no site da 3ª. Igreja Presbiteriana de Belo Horizonte (MG). Ele disse que há distorções em trechos do texto. "Algum missionário escreveu esse texto. Mesmo sendo uma criança indígena Uru-eu-wau-wau ou Juma nunca iria se referir a aldeia como tribo e nem a maloca, como oca, e nunca diria que, os invasores jogaram bombas, isso não tem a ver porque não aconteceu na história do povo Juma. Os invasores atiraram nos Juma", afirmou.

Leonardo Sousa disse que estanhou a nota da Funai dizendo que "há desentendimentos entre Borehá e seu marido Erowak Uru-eu-wau-wau, padrasto da garota, sobre a questão do retorno da menina para a aldeia".

"Acompanhei algumas vezes o Erowak procurando a menina. Ele a criou como uma filha. Ele tentava falar com a menina pelo telefone, mas o casal Dionéia e Luiz atendia as ligações e desligava. O desejo de Erowak e Borehá era levar a menina com eles para a terra Juma e lá viver juntos com todos os filhos. Eles não tiveram mais notícias da menina. A Polícia Federal e a Funai deveriam é proteger as crianças e evitar que caso de adoção ilegal ocorra com outros indígenas Juma", disse Leonardo Cruz Sousa.

À agência Amazônia Real, o procurador do Ministério Público Federal no Amazonas, Fernando Merloto Soave, que responde pelo Ofício Povos Indígenas e Populações Tradicionais, disse que requisitará apuração do caso da suposta adoção da menina pelo casal de missionários da Jocum.

"Havendo provas das irregularidades, podemos acionar os meios judiciais. Existe uma ação civil pública tramitando na Subseção Judiciária de Volta Redonda contra a Jocum em razão de fatos semelhantes", afirmou Fernando Soave, fazendo referência ao processo aberto no MPF do Amazonas para apurar a intermediação da Jocum numa adoção ilegal de um bebê da etnia Sateré-Mawé da Terra Indígena Andirá Marau, que fica na divisa do Amazonas com o Pará.

Segundo o processo, o bebê Sateré-Mawé foi retirado da mãe poucos dias após o nascimento, em 2011, e entregue a um casal de Volta Redonda (RJ) sob a justificativa de que a criança iria sofrer infanticídio.

A reportagem procurou por e-mail e telefone da ONG Jocum, em Porto Velho, o casal Dionéia e Luiz Freitas para este falar sobre as acusações de Borehá Juma, mas não obteve respostas até o fechamento desta matéria.

Representantes da Jocum em Manaus e em Porto Velho também foram procurados, mas não responderam as mensagens de telefones e de e-mails enviados.

Os índios Juma e Uru-eu-wau-wau são falantes do Tupi-Guarani e denominados Kagwahiva, povos que vivem no entorno da rodovia Transamazônica, na Amazônia Ocidental.

Os Juma estavam em risco de extinção até 1998 devido aos sucessivos massacres que sofreram na década de 60, doenças e violência de não indígenas.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 16/ 2015

Brasília, 28 de janeiro de 2015.

Hoje, são considerados índios em alta vulnerabilidade social e cultural pela Funai (Fundação Nacional do Índio). Eles vivem numa terra demarcada de 38, 3 mil hectares em Canutama, no sudoeste do Amazonas.



Ensino médio via satélite chega a aldeias indígenas de Rondônia

SÍTIO CAPITAL TERESINA, 27.01.2015

Índios de Guajará-Mirim vão assistir aulas via satélite na aldeia

A proposta de ter aulas do ensino médio via satélite foi aceita pelos indígenas de Guajará-Mirim, onde está a maior parte da população indígena do Estado de Rondônia. Em audiência pública realizada pelo Ministério Público Federal (MPF) no dia 24 de janeiro, nos termos da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), com a presença de representantes da Secretaria Estadual de Educação (Seduc), os indígenas receberam informações, debateram e aceitaram o modelo de ensino. Após, definiram as aldeias que serão as primeiras a receber as aulas transmitidas via satélite, em tempo real e com a possibilidade de interação entre alunos e professores.

Até agora, as aldeias só possuem o ensino fundamental, com professores indígenas. Para continuar os estudos, os alunos precisam mudar para a cidade, situação que exige dinheiro para custear despesas com alimentação e habitação, além de comprometer o modo de vida original dos índios.

"A maior inconstitucionalidade na educação indígena é não existir qualquer meio de acesso ao ensino; o fato de as aldeias serem muito remotas não pode inviabilizar direito à continuidade da aprendizagem escolar dos índios e novas perspectivas para seu futuro", explica o procurador da República Daniel Dalberto.

A maior parte das aldeias de Guajará-Mirim é de difícil acesso, por estradas de chão em situação precária ou pelos rios Mamoré, Guaporé e Pakaas, em viagens que demoram horas e até dias. As escolas das aldeias são distantes e pequenas. Para haver aulas presenciais no modelo tradicional, além do difícil e custoso transporte, seriam necessários alojamentos e alimentação para abrigar os professores que aceitassem residir nas aldeias.

Primeiro passo - O coordenador estadual de educação indígena, Flávio Luiz Gonçalves dos Santos, explicou que cada uma das cinco escolas escolhidas receberá um kit para realização das aulas: aparelho de TV, microfone, computador, câmera, nobreak, acesso à internet e gerador para as aldeias que ainda não possuem energia elétrica.

Ele informou que o projeto poderá ser iniciado em dois meses e prevê aulas em pelo menos dois horários, transmitidas em tempo real para as aldeias. Em um estúdio, o professor ministrará suas aulas, poderá ver e escutar seus alunos, tirando as dúvidas sobre os conteúdos de sua disciplina. Nas aldeias, cada sala terá dois monitores (professores indígenas) que vão auxiliar os estudantes na compreensão dos assuntos, fazendo a tradução do português para a língua indígena, se for necessário.

CONT.



André Djeoromitxi, professor indígena da etnia Djeoromitxi e morador da aldeia Baía das Onças, disse, durante a audiência pública, que a educação à distância pode ser uma alternativa neste momento, mas que o ideal seria a formação de mais professores indígenas nas diversas disciplinas do ensino médio, a fim de que no futuro as aulas sejam presenciais.

Segundo a antropóloga do MPF, Rebeca Ferreira, o acesso ao ensino médio aos indígenas é o primeiro passo para o ingresso deles nas faculdades, possibilitando a formação de profissionais de ensino superior, como professores de diversas disciplinas e outras formações.

Mais aldeias - Ao argumentar em favor da proposta da educação à distância, o vereador Arão Oro Waram Xijein expôs que existem quase 300 alunos indígenas que já concluíram o ensino fundamental e estão sem estudar. Ele acrescentou que um dos benefícios às aldeias será o acesso à Internet. Ele também solicitou que a Seduc aumente para sete o número de aldeias beneficiadas com o projeto.

As aldeias beneficiadas inicialmente serão: Rio Negro Ocaia, Tanajura, Lage Novo, Sotério e Ricardo Franco. O procurador Daniel Dalberto se comprometeu a fazer nova reunião com a secretária estadual da Educação, Fátima Gavioli, para que as aldeias Baía das Onças e Ribeirão também sejam contempladas.

A audiência pública foi realizada pelo MPF no último sábado, 24 de janeiro, na Câmara de Vereadores de Guajará-Mirim, e teve a presença de lideranças indígenas e representantes da Seduc, como a coordenadora regional de Educação, Léa Andrade Moura e a coordenadora de educação indígena da rede estadual, Gilza Lima de Sales.



Primeira edição dos Jogos Mundiais Indígenas acontecerá no Brasil

SÍTIO PORTAL EBC, 27.01.2015

Por Ariane Póvoa

Edição:Nathália Mendes / Portal EBC

Fonte:Rádio Nacional da Amazônia

A cidade de Palmas, no Tocantins, vai receber, entre os dias 18 e 27 de setembro, a primeira edição dos Jogos Mundiais Indígenas. Este será o primeiro evento esportivo que reunirá atletas índios do mundo todo: a expectativa é que o Mundial receba cerca de dois mil atletas de 30 países e das 22 etnias brasileiras.

Cada país e etnia brasileira poderão inscrever até 50 participantes. Esportes indígenas tradicionais, como tiro com arco e flecha, arremesso de lança, cabo de força, corrida de tora, corrida de velocidade rústica, canoagem, natação, xikunahati (futebol de cabeça), futebol de campo, atletismo, travessia aquática e lutas corporais estão no programa da competição.

O investimento para a realização dos Jogos está estimado em R\$ 160 milhões. A ideia de fazer um torneio mundial surgiu durante a 12ª edição dos Jogos dos Povos Indígenas, realizada em Cuiabá, em outubro de 2013. A competição de indígenas brasileiros acontece desde 1996, e de lá veio a sugestão de que representantes de outros países fossem incluídos. Países como Estados Unidos, Canadá, Filipinas e Noruega já se candidataram como sede do próximo Mundial.



Indígenas de Guajará-Mirim, RO receberão aulas via satélite em aldeias

SÍTIO GLOBO.COM (G1), 27.01.2015

*Cinco comunidades foram aprovadas e terão aulas a partir de março.
Projeto visa solucionar problema da falta de professores em locais distantes.*



Aulas via satélite vão ocorrer em cinco aldeias de Guajará-Mirim (Foto: Ascom MPF/Divulgação)

As aldeias Ricardo Franco, Sotério, Rio Negro Ocaia, Tanajura e Lage Novo, do município de Guajará-Mirim (RO), a cerca de 330 quilômetros de Porto Velho, receberão, a partir de março deste ano, as primeiras aulas via satélite para povos indígenas cursarem o ensino médio. Segundo a coordenadoria de educação do município, Lea Andrade, o projeto solucionará a falta de professores em aldeias distantes.

Os indígenas foram chamados, no último sábado (24), em uma audiência pública organizada pelo Ministério Público Federal (MPF) para serem ouvidos. O procurador da república Daniel Dalberto acredita que a implantação do sistema é um avanço na educação. "No primeiro momento, apenas cinco aldeias receberão a novidade educacional. Elas foram escolhidas pelos próprios indígenas. O principal objetivo do projeto é proporcionar aos alunos indígenas estudarem o ensino médio", afirma o procurador.

Para acompanhar as aulas, os alunos receberão kit's pedagógicos e material didático. O sistema via satélite contará também com um monitor da aldeia participando das transmissões. "O foco principal da audiência foi apresentar o projeto à comunidade indígena a possibilidade de deles terem ensino médio nas aldeias, que é uma demanda justa deles", afirma a coordenadora.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 16/ 2015

Brasília, 28 de janeiro de 2015.

As cinco primeiras comunidades - Ricardo Franco, Sotério, Rio Negro Ocaia, Tanajura e Lage Novo - escolhidas para participar do projeto foram definidas através de votação e conforme o número de alunos nas cercanias e a dificuldade de acesso até a zona urbana da cidade.



"Jogos Mundiais Indígenas serão referência", diz prefeito de Palmas (TO)

SÍTIO PORTAL BRASIL, 27.01.2015

Capital do Tocantins tem uma população de dez mil indígenas, todos com cultura e tradições bem preservadas

O projeto dos 1º Jogos Mundiais Indígenas 2015, a serem realizados na cidade de Palmas (TO), de 15 a 27 de setembro, foi apresentado nesta terça-feira (27), ao ministro do Esporte George Hilton e a Carlos Geraldo Santana de Oliveira, futuro secretário Nacional de Esporte Educação, Lazer e Inclusão Social (Snelis).

A iniciativa partiu do prefeito de Palmas, que destacou que o evento promete ser uma referência das causas indígenas para o Brasil e o mundo.

"Palmas e o Brasil se tornarão referência para os Jogos Mundiais Indígenas. A cidade tem uma população de dez mil indígenas, todos com cultura e tradições muito bem preservadas. São indígenas de sete etnias distribuídas em 82 aldeias, que conviverão com cultura indígena de 30 países", afirmou Carlos Geraldo.

"A sinergia entre a prefeitura de Palmas, o governo do Estado e o Ministério do Esporte marca o início de uma nova época de um evento que pode ficar para a posteridade", acrescentou o prefeito.

Para o deputado Cesar Halum (PRB/TO), a integração entre os três órgãos garantirá o sucesso dos Jogos. "Vamos trabalhar de uma forma conjunta, a cidade já está sendo preparada desde o ano passado para receber o evento, foi criado um comitê organizador, em que o Ministério do Esporte assumiu a coordenação das ações. Estou com a incumbência de ser o interlocutor entre o parlamento, portanto, os Jogos Mundiais Indígenas começam a ser mostrados para o Brasil e para o Mundo", concluiu o deputado.

Fonte: Ministério do Esporte.



Boletim de Notícias - Edição nº 16/ 2015

Brasília, 28 de janeiro de 2015.

Palmas se prepara para sediar Jogos Mundias Indígenas

SÍTIO PORTAL EBC, 27.01.2015



Canoagem Fepepd / Flickr / CC

Palmas (TO) se prepara para sediar em setembro os Jogos Mundias Indígenas. A expectativa é que neste ano o evento reúna mais de dois mil atletas de 30 países.

Os Jogos serão o primeiro evento esportivo que irá reunir atletas indígenas do mundo todo.

Com o tema "Somos todos indígenas", o evento será realizado de 18 a 27 de setembro.

O evento espera mais de dois mil atletas de 30 países, só do Brasil serão 22 etnias.

Entre as modalidades de competição estão jogos nativos, tiro com arco e flecha, arremesso de lança, cabo de força, corrida de tora, canoagem e lutas corporais.



Famasul divulga nota contra demarcação de terras indígenas em Mato Grosso do Sul
SÍTIO CAPITAL NEWS, 27.01.2015

A Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (Famasul), entidade que representa o setor agropecuário sul-mato-grossense, divulgou uma nota afirmando que não concordou com a decisão da Justiça Federal de determinar que a União conclua em um mês a demarcação de terras indígenas de 26 municípios do estado e indenize as propriedades rurais onde há ocupação de indígenas.

A entidade afirma que não foi consultada sobre a decisão e que as populações indígenas que hoje se encontram em áreas produtivas do centro-sul do Estado não têm direito de ocupar essas terras, pois não estavam lá em 5 de outubro de 1988, como determina a Constituição Federal. "Nós achávamos que essa decisão aparentemente poderia ser boa para os produtores e que haveria compensação justa, pois ela reconhece o pagamento de indenização. Mas isso não vai acontecer", afirma Gustavo Passarelli, advogado da Famasul.

Para Passarelli, o cerne da questão não é que o produtor rural seja indenizado, mesmo porque há processos judiciais que determinam indenizações a agricultores e se arrastam há 20 anos na Justiça, até hoje sem solução, afirma. O correto, argumenta ele, seria que fossem cumpridas outras liminares para reintegração de posse nessas propriedades, ou seja, visando a desocupação indígena. "A Federação não concorda com a decisão porque é contra as demarcações, considerando a realidade fundiária das propriedades rurais de Mato Grosso do Sul, que em sua maioria datam de 1930, 1940 e são de legítima titularidade dos proprietários", argumenta o advogado.

As 26 cidades onde há terras passíveis de demarcação indígena somam 12 milhões de hectares e, segundo levantamento da Famasul, estão inseridas nos principais polos agropecuários do Estado, como Maracaju, Dourados, Douradina e Ponta Porã, por exemplo. Ainda de acordo com a entidade, estariam em jogo indenizações que somam aproximadamente R\$ 4,5 bilhões.

O Ministério da Justiça informou que recorrerá da decisão judicial porque não há tempo hábil para a conclusão dos estudos para demarcação de terras indígenas. Tanto a Famasul quanto a Pasta irão recorrer dentro de 10 dias.

Fonte: Luana Rodrigues - Capital News.



Bancada ruralista define prioridades para 2015

SÍTIO GLOBO RURAL, 27.01.2015

Agenda será debatida nesta quarta-feira (28/1) por deputados e senadores com entidades de classe

POR VENILSON FERREIRA

A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) promove nesta quarta-feira (28/1) um ciclo de debates com a participação dos dirigentes das principais entidades de classe do setor agropecuário, para definir as prioridades que serão defendidas neste ano pelo grupo de 260 deputados federais e senadores que fazem parte da chamada bancada ruralista.

O encontro será realizado a partir das 8 horas na sede da FPA, que fica no Lago Sul, em Brasília. Segundo informações da FPA, cerca de 40 lideranças do agronegócio já estão inscritas para participar dos debates. A programação do evento prevê a realização de seis oficinas para sobre temas "de interesse nacional da maior importância para os avanços e fortalecimento do agronegócio brasileiro".

As estratégias serão orientadas técnicos egressos do governo e da iniciativa privada que prestam consultoria para a FPA: Edeon Vaz Ferreira – Infraestrutura e Logística (8h30); Célio Porto – Política Agrícola (9h30); Ênio Marques – Defesa Agropecuária (10h30); Rudy Ferraz – Direito de Propriedade (14h); Vicente Gomes da Silva – Meio Ambiente (15h30), e Cristiano Zaranza – Relações trabalhistas (16h30).



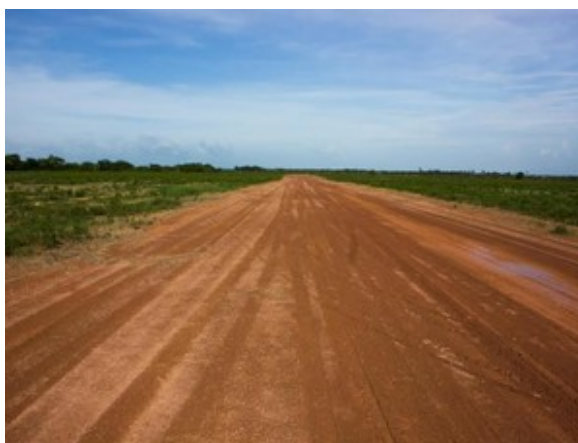
Os deputados Nilson Leitão e Marcos Montes, escolhidos para presidir a FPA em 2015/2016 (Foto: Reprodução / Twitter FPA)

A FPA informa que "não vai desistir de suas bandeiras ainda não resolvidas" e cita como prioridades a questão indígena (PEC 215); a regulamentação do trabalho escravo; seguro rural; acesso aos recursos genéticos; segurança jurídica no campo (direito de propriedade); e legislação trabalhista específica para o campo e para os agroquímicos. Quanto à PEC 215, a FPA defende mudanças no atual modelo de gestão para demarcação de terras indígenas. Em relação à questão do trabalho escravo, os parlamentares defendem que na regulamentação da lei "fique bem claro de uma vez por todas o que seja trabalho exaustivo, degradante e análogo à escravidão".

Pista clandestina em comunidade quilombola será desativada

SÍTIO GLOBO.COM (G1), 27.01.2015

*Empresário amapaense responsável pelo local será notificado.
Pista está localizada na comunidade quilombola Curralinho.*



Pista possui 700 metros de comprimento e 10 metros de largura (Foto: Max Renê/ Ascom PMM)

Por meio de denúncia da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e do Ministério Público Federal (MPF), a prefeitura de Macapá localizou uma pista clandestina próximo a comunidade quilombola Curralinho, distante 10 quilômetros da capital. O empresário responsável pela pista, segundo a prefeitura, será notificado.

Segundo informações da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitacional (Semduh), na sexta-feira (23), a equipe de fiscalização foi enviada até o entorno da via pavimentada que liga a rodovia BR-156 a uma parte do KM 9. No local foi encontrada uma pista com aproximadamente 700 metros de comprimento e 10 metros de largura.

De acordo com a equipe, os pousos e decolagens eram feitos por volta das 0h30 e 3h da madrugada, durante a semana; e durante o dia inteiro nos fins de semana. Moradores da comunidade contaram que a pista existe há mais de 10 anos. No local havia uma plantação de soja. A pista não possui iluminação e nem asfalto, o que infringe as normas de segurança.

O diretor do Departamento de Fiscalização Urbanística da Semduh, Eudo Santos, lembra que a fiscalização é para fazer com que a lei 029 do "Uso e ocupação de solo" não seja infringida.

"Além de causar transtorno, coloca em risco a vida de passageiros. Por determinação de Marta

CONT.



Barriga [secretária de Desenvolvimento Urbano] foi detectada a presença dessa pista. Segundo a Prefeitura a falta de planejamento na construção da pista representa risco para os moradores da comunidade”, diz o diretor.

Eudo afirma ainda que o responsável pela pista foi identificado. Trata-se de um empresário amapaense. Nesta terça-feira (27) o empresário será notificado oficialmente e a desativação da pista clandestina será solicitada.

“Caso o empresário não compareça ou tenha alguma resistência em desativar a pista, iremos contar com o apoio da Polícia Federal para fechá-la, pois não tem nenhuma autorização para funcionamento”, explica.



Rondônia enfrenta exploração sexual de crianças e adolescentes

SÍTIO RONDÔNIA AO VIVO, 27.01.2015

Com a proximidade do período carnavalesco, a Secretaria de Assistência Social (Seas) e Fhemeron e a Rede Municipal de Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes lançaram as campanhas Não Desvie o Olhar, denuncie, disque 100, contra exploração sexual de crianças e adolescentes e Dê um pulo no Hemocentro doe sangue no carnaval.

"No carnaval aumentam os riscos de violência contra esse público", observou o secretário Marcio Félix. Segundo ele, a campanha feita pelo governo alerta a sociedade para cuidados com crianças e adolescentes, preservando e garantindo seus direitos. "Divulgando o disque 100, viabilizamos o canal de denúncias para este tipo de violência", enfatizou.

Cronograma de ações de conscientização e divulgação está sendo executado pelos organizadores das campanhas. Dentre as ações, foi realizado no último domingo (25) no Espaço Alternativo, o ato de divulgação das duas campanhas com entrega de materiais e informações dos canais de denúncia e para a doação de sangue.

Apoio da Banda

A coordenadora do Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente Maria dos Anjos, Denise Campos, afirma atribui à campanha importante ferramenta de mobilização para chamar a atenção da necessidade de proteger crianças e adolescentes mais vulneráveis no período da folia. "Temos reforçado o disque 100 e conscientizado a sociedade para denunciar qualquer tipo de violência", frisou.

Denise Campos, coordenadora do Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente Maria dos Anjos

As campanhas contam ainda com a parceria da Banda do Vai Quem Quer, o maior e mais antigo bloco de rua de Porto Velho. No dia do desfile, a banda espera levar cerca de cem mil pessoas às ruas da Capital.

"A Banda é um bloco comprometido com as causas sociais. Estamos juntos com o governo do Estado e a Rede Municipal de Enfrentamento, mobilizando a sociedade para a importância de doar sangue e proteger crianças e adolescentes", declarou a presidente da Sicília Andrade, Siça.

CONT.



Comunidades ribeirinhas

Começou segunda-feira (26) outra mobilização de apoio à operação Carnaval Disque 100, pelo fim da violência. O barco da Seas percorre as comunidades ribeirinhas do Baixo Madeira no trabalho de conscientização da população sobre a incidência dessas práticas em Rondônia.

Diversos representantes dos poderes públicos participam da operação, ensinando ribeirinhos a respeito das maneiras como podem denunciar atos de violência contra crianças e adolescentes. A equipe é formada por profissionais do governo estadual: servidores da Seas, Sepaz, Decom, Fhemeron e por integrantes da Rede Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes.

Fonte: DECOM.

O Gosto amargo da falta de água doce

SÍTIO DIÁRIO DA MANHÃ, 27.01.2015



Foto: Reprodução

Maurício Tovar

A crise de água, juntamente com o aquecimento global, a perda da biodiversidade, a desertificação e a poluição são sinais da conjectura afetada da sustentabilidade planetária, porque os princípios da economia global revestidos do poder de mercado se apropriaram dos ecossistemas para explorá-los e governá-los.

A água, mais do que nunca, é concebida como um extraordinário capital natural plenamente inserido nos domínios das apropriações das condições ecológicas de produção dentro de um propósito de gestão integral da natureza. Amordaçada pelas correntes da economia e do mercado global, a Terra está cada vez mais desfocada da regência das leis que operam na natureza. Assim, a “economização” do mundo impactou de tal forma sobre o ciclo hídrico que converteu uma abundante riqueza em escassez. Agora, temos a natureza desnaturalizada e etiquetada com preços de mercado, entretanto, as complexas e sutis interações da teia da

CONT.



vida, únicas forças vivas capazes de garantir sustentabilidade ao planeta, não operam na seara do saber objetivo da mercadologia da natureza.

A população mundial triplicou nos últimos 60 anos e a demanda de água aumentou seis vezes. A crescente entropia, decorrente principalmente dos processos de industrialização e da necessidade de produção de alimentos, vem superando a capacidade de regeneração dos ecossistemas. Há um descompasso entre o volumétrico dinamismo regulador da biosfera e a ressonância destrutiva decorrente das ações antrópicas lineares focadas apenas na lógica de mercado.

Quase não vemos mais aquelas águas livres e impolutas correndo para levar vida aos ecossistemas e às populações ribeirinhas. O circuito das águas do planeta está desfigurado pelo imenso impacto antrópico deletério que modifica os ciclos naturais, travando a sinergia entre a hidrosfera, litosfera e biosfera.

No Brasil a crise de água já se configura como alarmante, pois muitos reservatórios que abastecem grandes áreas metropolitanas nunca estiveram tão baixos nos últimos 80 anos. Se considerarmos que aproximadamente 15% de toda água doce do mundo está no Brasil, teoricamente, cada habitante pode contar com mais de 40 mil m³ de água por ano, entretanto menos de 500 m³ é consumido. Como a água é um bem metaindividual, o modo de produção e consumo, através de obras de abastecimento, drenagem e reciclagem, deve ser realizado mediante participação social na criação de uma gestão democrática da água.



Deputado quer lançar Frente Parlamentar em defesa do Rio São Francisco

SÍTIO CENÁRIO MT, 27.01.2015

O deputado Arthur Oliveira Maia (SD-BA) quer criar uma Frente Parlamentar do Rio São Francisco a partir da próxima legislatura, que se inicia dia 1º de fevereiro.

Maia afirma estar absolutamente convencido de que o Rio São Francisco passa por um processo acelerado de degradação e explica que a situação está piorando a cada ano. "A cada ano que nós temos visto a depredação do rio e isso em vários aspectos. Primeiro no próprio leito, na própria calha do rio, está havendo um processo acelerado em relação ao assoreamento das suas margens. Nos seus rios contribuintes, rios que vêm na maior parte deles do oeste da Bahia, em virtude do avanço da agricultura naquela região, esses rios estão sendo muito atacados nas nascentes. Esse processo de assoreamento tem sido cada vez mais intenso a cada ano que passa."

Com a criação dessa Frente Parlamentar, a intenção do deputado é proteger, recuperar e promover a melhoria da vida das populações ribeirinhas. Ele explica de que maneira essas ações são possíveis. "Tem que ser feito um projeto junto com a Codevasf, junto com o Ministério da Integração Nacional, não para o ano que vem, mas um processo que abranja um projeto para 1, 3, 5, 10, 20 anos. Cada ano que passa nós temos que ter metas definidas, claras para serem cumpridas - depois de fazer um diagnóstico do rio, naturalmente - mas ter metas claras a serem cumpridas a cada ano para que possamos, de maneira continuada, junto com a população local, preservar o São Francisco."

Segundo Maia, o processo de diminuição das chuvas, como o que ocorre atualmente no estado de São Paulo, também influencia na degradação do rio. O deputado ressalta que municípios da Bahia distantes do São Francisco veem no rio a única maneira de matar a sede e que os projetos de irrigação demandam cada vez mais água.



KOINONIA lança Atlas Observatório Quilombola

SÍTIO CEDEFES, 28.01.2015

O projeto "Apoio ao Fortalecimento Político e Protagonismo das Comunidades Quilombolas do Rio de Janeiro", promovido por KOINONIA, em parceria com a Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Estado do Rio de Janeiro (Acquilerj) e o apoio da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), resultou em mais um produto: o Atlas Observatório Quilombola, um portal que reúne diversas informações sobre os quilombos do estado do Rio de Janeiro e algumas de outras regiões do país.

O projeto "Apoio ao Fortalecimento Político e Protagonismo das Comunidades Quilombolas do Rio de Janeiro", promovido por KOINONIA, em parceria com a Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Estado do Rio de Janeiro (Acquilerj) e o apoio da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), resultou em mais um produto: o Atlas Observatório Quilombola, um portal que reúne diversas informações sobre os quilombos do estado do Rio de Janeiro e algumas de outras regiões do país.

A construção do material disponibilizado até o momento aconteceu durante o desenvolvimento do projeto e, por conta disso, o site conta com mais informações sobre as comunidades fluminenses. Segundo Andréa Oliveira, organizadora da iniciativa, "o mais importante no trabalho é que ele foi realizado junto às comunidades".

Agora, a ideia é manter o espaço de colaboração. Qualquer pessoa interessada no tema pode contribuir com o atlas, basta escrever para oq@koinonia.org.br. O Atlas Observatório Quilombola, assim como o OQ, está em processo contínuo de aperfeiçoamento, a fim de potencializar a informação para a luta por direitos.

O leitor tem a possibilidade de conhecer a origem do nome da comunidade, um pouco das histórias, a localização, o número de famílias, a situação fundiária e as condições socioeconômicas. Tudo ilustrado com fotos, vídeos, acervo e depoimentos dos quilombolas. Os dados foram reunidos a partir de múltiplas fontes, entre elas as pesquisas de KOINONIA, organização que trabalha junto aos quilombolas desde 1999. "Esperamos que a iniciativa possa somar forças à luta das comunidades", conclui Andréa.

Fonte: <http://koinonia.org.br/>



Depois de garantir acesso à terra, Xavantes pedem mais atenção à saúde
SÍTIO CEDEFES, 28.01.2015

Há dois anos, terminava em Mato Grosso o processo de desintrusão (retirada de não índios), que permitiu a volta dos índios xavantes para a terra da qual saíram na década de 1960. Hoje, quem vive na Terra Indígena Marãwaitiséde enfrenta outras dificuldades. Em entrevista exclusiva à equipe da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), o cacique Damião Paridzané relatou que a população sofre com a falta de assistência à saúde.

"Eu, como cacique, já cobrei muito. Esse recurso que o governo repassa para o Ministério da Saúde foi para onde? Todo mês morrem 20, 30 na área indígena. Cadê o atendimento da saúde? Cadê a recuperação da saúde do índio?", questiona.

O cacique conta que, em outubro passado, as vítimas foram quatro crianças. "É uma tristeza. Quem cuida da saúde do índio fala que é desnutrição, mas tem também o outro lado que é a falta de atendimento à saúde, falta de tratamento especial." Segundo o cacique, na aldeia faltam medicamentos e equipamentos básicos.

Quem trabalha com essa população percebe as dificuldades enfrentadas não só pelo povo Xavante. O secretário executivo do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Cleber César Buzatto, afirma que a deficiência na atenção à saúde ocorre de forma generalizada.

"É uma deficiência estruturante por parte da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), que tem apresentado uma série de problemas de gestão da política de atenção à saúde indígena que reflete, infelizmente, na falta de assistência, na falta de medicamentos e na falta de estrutura para transporte. Isso, no caso de Marãiwatsédé, é perceptível."

Criada em 2010, a Sesai é ligada ao Ministério da Saúde e é o órgão responsável pela atenção aos índios.

Para o cacique, o problema não é causado pela falta de dinheiro, mas pela má gestão. "Não é o governo que temos que culpar. A culpa é de quem trabalha dentro. O governo repassa recurso para o povo que não é índio e para o indígena também, mas quem cuida da saúde do índio só culpa a falta de recurso. Isso é mentira. A gente conhece", diz Damião.

O coordenador-geral da organização indigenista Operação Amazônia Nativa (Opan), Ivar Busatto, acredita que a prestação de serviços em saúde tem melhorado, mas ainda há muito o que fazer. Para ele, falta adaptação do modelo de saúde à realidade de vida do índio e uma melhor preparação das equipes de atenção. Para o coordenador, muitos problemas poderiam ser evitados com diálogo.

CONT.



"Na maioria dos casos não tem o preparo necessário e não é culpa do funcionário. Era necessário alguém que pudesse intermediar um diálogo com a comunidade e formar equipes que se dedicassem a aprender mais sobre os costumes, o jeito de educar xavante, a compreender melhor o tratamento com as crianças, com os velhos e assim por diante."

Outra crítica do cacique Damião é a possível criação de uma nova estrutura do governo para cuidar da saúde indígena. "Para quê todo ano fazer mudança? Não melhora. A Funai [Fundação Nacional do Índio], quando cuidava da saúde do índio, melhorava muito. População aumentou e até os velhos mais antigos viviam. Hoje, a população de idosos vem diminuindo por falta de tratamento. E agora querem passar a saúde do índio para instituto?", questiona.

No ano passado, o Ministério da Saúde apresentou a proposta de criação do Instituto Nacional de Saúde Indígena (Insi). De acordo com informações do site do ministério, o projeto tem o intuito de modernizar a gestão da área como braço operacional da Sesai.

Segundo Cleber Buzatto, muitos povos e organizações indigenistas questionam a criação do instituto, inclusive o Cimi. "Na nossa avaliação, em vez de enfraquecer a estrutura do Estado, no caso a Sesai, que tem a responsabilidade de prestar o atendimento, poderia reforçar fazendo concursos e adequando o órgão para prestar o serviço com qualidade para os povos indígenas."

Para o coordenador da Opan, o debate sobre a nova estrutura precisa ser maior. "Tem pessoas a favor e tem muita gente que se posiciona contra e se posiciona contra pela forma como foi encaminhado, foi de uma hora para outra, pouca discussão para os conselhos distritais de saúde, o controle social indígena."

Para melhorar a vida em Marãiwatsédé, a população tem investido no reflorestamento e na plantação. "O governo ajudou a fazer a plantação das mudas para reflorestar. Junto com a Funai, estamos trabalhando, plantando mudas de banana, de pequi, de frutas para recuperar a mata", conta o cacique.

"O que se observa é que, com a melhoria das condições alimentares, com o tempo mais tranquilo para o cuidado com as roças e com as caçadas, pescarias e coletas que o povo xavante faz normalmente, a tendência é que o número de problemas com desnutrição diminua. Com alguma melhora que a Sesai ofereça, a perspectiva dos índios deve melhorar", acredita o representante da Opan.

A Agência Brasil procurou a Sesai para obter respostas às críticas dos xavantes e das organizações indigenistas sobre falta de estrutura e medicamentos. Por e-mail, a assessoria do Ministério da Saúde disse que o Distrito Sanitário Especial Indígena Xavante é o responsável pelo atendimento da população de Marãiwatsédé.

Segundo a assessoria, a aldeia conta com um posto de saúde equipado com cadeira odontológica fixa, duas viaturas para transporte de pacientes e uma unidade odontológica

CONT.



móvel que faz parte do projeto Brasil Sorridente. Para atender à população do local, a Sesai disponibiliza ainda uma equipe multidisciplinar de saúde indígena composta por um médico, dois enfermeiros, três técnicos de enfermagem, um dentista, um auxiliar de saúde bucal e um agente indígena de saúde.

O ministério informa que, no ano passado, foram investidos R\$ 669 mil em materiais farmacológicos e R\$ 28,4 mil em materiais hospitalares. Ainda segundo o governo, a aldeia de Marãiwatsédé recebeu o equivalente a R\$ 427 mil em medicamentos.

Fonte: Por Michèlle Canes, da Agência Brasil.



Proposta inovadora levará ensino médio às aldeias indígenas em Guajará-Mirim
SÍTIO CEDEFES, 28.01.2015

Em audiência pública realizada pelo Ministério Público Federal, indígenas aceitaram a proposta de terem aulas transmitidas via satélite para as aldeias

Uma proposta inédita foi aceita pelos indígenas de Guajará-Mirim, onde está a maior parte da população indígena do Estado de Rondônia. Em audiência pública realizada pelo Ministério Público Federal (MPF), nos termos da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), com a presença de representantes da Secretaria Estadual de Educação (Seduc), os indígenas receberam informações, debateram e aceitaram o modelo de ensino. Após, definiram as aldeias que serão as primeiras a receber aulas do ensino médio transmitidas via satélite, em tempo real e com a possibilidade de interação.

Até agora as aldeias só possuem o ensino fundamental, com professores indígenas. Para continuar os estudos, os alunos precisam mudar para a cidade, situação que exige que eles possuam dinheiro para custear suas despesas com alimentação e habitação, além de comprometer seu modo de vida original.

Para o procurador da República Daniel Dalberto, "tenho sido muito demandado nesse tema, principalmente pelas mães, por ocasião das visitas às aldeias; a maior inconstitucionalidade na educação indígena é não existir qualquer meio de acesso ao ensino; o fato das aldeias serem muito remotas não pode inviabilizar seu direito à continuidade da aprendizagem escolar e novas perspectivas de futuro".

A maior parte das aldeias de Guajará-Mirim é de difícil acesso, por estradas de chão em situação precária ou pelos rios Mamoré, Guaporé e Pakaas, em viagens que demoram horas e até dias. As escolas das aldeias são distantes e pequenas. Para haver aulas presenciais no modelo tradicional, além do difícil e custoso transporte, seriam necessários alojamentos e alimentação para abrigar os professores que aceitassem residir nas aldeias.

Primeiro passo

O coordenador estadual de educação indígena, Flávio Luiz Gonçalves dos Santos, explicou que cada uma das cinco escolas escolhidas receberá um kit para realização das aulas: aparelho de TV, microfone, computador, câmera, nobreak, acesso à internet e gerador para as aldeias que ainda não possuem energia elétrica.

CONT.



Ele informou que o projeto poderá ser iniciado em dois meses e prevê aulas em pelo menos dois horários, transmitidas em tempo real para as aldeias. Em um estúdio, o professor ministrará suas aulas, poderá ver e escutar seus alunos, tirando as dúvidas sobre os conteúdos de sua disciplina. Nas aldeias, cada sala terá dois monitores (professores indígenas) que vão auxiliar os estudantes na compreensão dos assuntos, fazendo a tradução do português para a língua indígena, se for necessário.

André Djeoromitxi, professor indígena da etnia Djeoromitxi e morador da aldeia Baía das Onças, disse durante a audiência pública que a educação à distância pode ser uma alternativa neste momento, mas que o ideal seria a formação de mais professores indígenas, nas diversas disciplinas do ensino médio, a fim de que no futuro as aulas sejam presenciais.

Segundo a antropóloga do MPF, Rebeca Ferreira, o acesso ao ensino médio aos indígenas é o primeiro passo para o ingresso deles nas faculdades, possibilitando a formação de profissionais de ensino superior, como professores de diversas disciplinas e outras formações.

Mais aldeias

Ao argumentar em favor da proposta da educação à distância, o vereador Arão Oro Waram Xijein expôs que existem quase 300 alunos indígenas que já concluíram o ensino fundamental e estão sem estudar. Ele acrescentou que um dos benefícios às aldeias será o acesso à Internet. Ele também solicitou que a Seduc aumente para sete o número de aldeias beneficiadas com o projeto.

As aldeias beneficiadas inicialmente serão: Rio Negro Ocaia, Tanajura, Lage Novo, Sotério e Ricardo Franco. O procurador Daniel Dalberto se comprometeu a fazer nova reunião com a secretária estadual da Educação, Fátima Gavioli, para que as aldeias Baía das Onças e Ribeirão também sejam contempladas.

A audiência pública foi realizada pelo MPF no último sábado, 24 de janeiro, na Câmara de Vereadores de Guajará-Mirim, e teve a presença de lideranças indígenas e representantes da Seduc, como a coordenadora regional de Educação, Léa Andrade Moura e a coordenadora de educação indígena da rede estadual, Gilza Lima de Sales.

Fonte: MPF/RO.

Aruká, o último guerreiro Juma na Amazônia
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 28.01.2015



Por Katia Brasil, em Amazônia Real

Os indígenas Aruká e suas filhas Borehá, Maitá e Mandei são os últimos sobreviventes da etnia Juma, povo de filiação linguística Tupi-Guarani denominado Kagwahiva.

Os índios Juma sofreram sucessivos massacres e quase foram dizimados ao defender o território da invasão de seringueiros e comerciantes de castanha na década de 60. Hoje, os Juma estão em alta vulnerabilidade social e cultural.

[Assista ao vídeo.](#)

Maria Augusta Assirati: Ex presidente da Funai diz que o governo travou as demarcações de Terras Indígenas
SÍTIO QUESTÃO INDÍGENA, 28.01.2015



O Governo parou as demarcações de terras indígenas. É o que se pode deduzir da entrevista bomba dada pela ex presidente interina da Funai, Maria Augusta Assirati, a Guta, ao portal Agência Pública. Em uma de suas aparições depois de ter abandonado o comando da Funai no último mês de outubro, Guta revela que o Governo da Presidente Dilma submeteu ilegalmente o processo de demarcação de terras indígenas ao crivo político. "A orientação é no sentido de que nenhum processo de demarcação em nenhum estágio, delimitação, declaração, ou homologação, tramite sem a avaliação do Ministério da Justiça e da Casa Civil", disse Guta a jornalista Ana Aranha.

Guta explica que deixou a Funai depois de ter sido obrigada a descumprir um compromisso assumido com os índios munduruku de publicar o relatório de demarcação da Terra Indígena Sawré Muybu no Pará. O Governo está postergando a demarcação para não atrapalhar ainda mais o aproveitamento hidroelétrico do Rio Tapajós que corta a área pretendida pelos índios. "Nós tivemos que descumprir esse compromisso em razão da prioridade que o governo deu ao empreendimento", diz Guta.

Veja trechos da entrevista:

Agência Pública: Por que o relatório de delimitação da Sawré Muybu, a terra que seria alagada pela usina, nunca foi publicado pela Funai?

Guta: O processo foi levado à consideração do Ministério da Justiça e Casa Civil, que, em virtude da usina, acreditam que a demarcação tem que ser discutida mais profundamente e com outros órgãos de governo.

Agência Pública: Quem são os representantes do governo federal que defendem o projeto da usina mesmo com o alagamento de uma terra indígena?

Guta: É um projeto prioritário do PAC, essas prioridades são definidas junto ao Palácio. Além

CONT.



do setor elétrico, há uma dedicação especial do Ministério do Planejamento. Como é um projeto caro à própria presidenta, vira um projeto prioritário para todo o centro de governo.

Agência Pública: Essa tentativa de mudança é um caso isolado? Como ela se assemelha ao PLP 227 (projeto que regulamenta situações em que não-índios podem explorar terras indígenas)?

Guta: Tudo isso vem no bojo dessa ofensiva anti-índigena: PEC 215 [pretendia transferir ao Legislativo a decisão final sobre a demarcação], regulamentação de artigos da Constituição, mudanças no procedimento de demarcação. Quando estava na Funai apresentamos uma nota técnica manifestando nossa posição contrária a esse projeto e as razões. Esse PLP cria situações que reduzem as possibilidades de demarcação de terras. Só por isso já é impróprio.

Agência Pública: Há ainda a portaria 303 da Advocacia Geral da União (estende para todas as demarcações as condicionantes criadas em Raposa Serra do Sol, como por exemplo proibir a extensão de terras já demarcadas). Qual o contexto político em que essa norma foi aprovada?

Guta: Um dia cheguei para trabalhar e essa portaria estava publicada no Diário Oficial. Não tive acesso a nenhuma informação prévia à aprovação, pois sequer sabia que a AGU tomaria uma medida como essa. Não sei se foi discutida com alguém ou com algum órgão de governo antes da publicação. Ela afeta muito negativamente os direitos territoriais indígenas. Inclusive diz que haveria revisão de processos de demarcação já concluídos. Isso é um absurdo político e jurídico.

Agência Pública (com alterações da equipe #QI): Há orientação para que o órgão segure processos de demarcação?

Guta: A orientação é no sentido de que nenhum processo de demarcação em nenhum estágio, delimitação, declaração, ou homologação, tramite sem a avaliação do Ministério da Justiça e da Casa Civil. Isso é, nada mais, nesse momento, "depende apenas da Funai".

Agência Pública: Em 2013, a então ministra-chefe da Casa Civil Gleisi Hoffmann pediu a suspensão de demarcações com base em estudo da Embrapa. Logo depois o governo anunciou que demarcações seriam submetidas a outros órgãos. O que essa mudança significa?

Guta: A Funai já tem a prerrogativa de consultar outros órgãos e já faz isso sempre que necessário. Isso não sou eu que digo, basta olhar os processos: consulta-se o Incra, a Fundação Palmares, o ICMBio, o Ibama, o Iphan. Mas não vejo como a imposição da obrigatoriedade de consultar outros órgãos, como o Ministério da Agricultura, a Embrapa e o Planejamento pode contribuir para concluir um estudo de identificação de terra indígena. Que elementos técnicos imprescindíveis esses órgãos podem produzir acerca da identificação de um território tradicional ou de sua delimitação? Sua participação, em meu entender, seria de ordem política, com vistas à defesa de interesses que estão fora do âmbito dos direitos constitucionalmente garantidos aos povos indígenas.

CONT.



Ou o governo olha com respeito para a Funai e para a importância de sua missão, ou deixará claro que não se importa nem se responsabiliza pelo futuro dos povos indígenas no Brasil.

Agência Pública: A Funai ainda é capaz de desempenhar seu papel de defesa dos direitos indígenas no Brasil?

Guta: A Funai é, sem dúvida, a instituição pública comprometida com a defesa dos direitos indígenas no Brasil. Essa é a sua missão institucional, mas tem sido cada vez mais difícil desempenhar esse papel com a qualidade e especificidade que os povos indígenas demandam e merecem. A Funai precisa ser fortalecida. O movimento indígena e outros segmentos da sociedade civil têm tido um papel importante, é fundamental que continue a mobilização social em favor dos direitos indígenas. Mas não dá para desconsiderar que garantir a sobrevivência física e cultural dos povos indígenas no Brasil é uma obrigação inequívoca do Estado. Ou o governo olha com respeito para a Funai e para a importância de sua missão, ou deixará claro que não se importa nem se responsabiliza pelo futuro dos povos indígenas no Brasil.



Justiça determina que índios desocupem Sesai de Boa Vista

SÍTIO PORTAL EBC, 28.01.2015

Ariane Póvoa

Índios que fazem manifestação na Sesai - Secretaria Especial de Saúde Indígena em Boa Vista, Roraima, receberam, nesta terça-feira (27), uma notificação da Justiça para deixarem o local.

A ocupação começou no dia 19 deste mês.

O grupo pede a exoneração da atual coordenadora da Secretaria, Maria de Jesus do Nascimento.

A Advocacia Geral da União (AGU) entrou na justiça pedindo a reintegração de posse da Sesai, na última quarta-feira.

O diretor da 1ª Vara Federal de Roraima, Raimundo Rari, informou que a Justiça deu prazo de 24 horas para a desocupação do prédio a partir da notificação, que ocorreu por volta das 5h da tarde desta terça.

De acordo com um dos líderes da ocupação, Ancelmo Yanomami, os indígenas já entraram com recurso para suspender a decisão. O líder afirma que a motivação do protesto é o descaso com a saúde nas Terras Yanomami.

Nessa terça-feira, a manifestação ganhou reforço. Cerca de 30 índios, das etnias Yanomami, Xirixana e Xiriana se juntaram ao movimento. Quase 90 indígenas estão no local.

Em nota, a AGU informou que a ocupação do prédio é irregular e que a manifestação está atrapalhando as atividades da Secretaria. A nota afirma ainda que foram detectados prejuízos materiais e patrimonial no local.

Os índios criticam a ação, afirmam que o protesto é pacífico e que os serviços essenciais da Sesai estão mantidos.

A reportagem entrou em contato com a assessoria do Ministério da Saúde, mas não obteve retorno.



Com dois anos de desintrusão, índios lutam para recuperar terras degradadas
SÍTIO CENÁRIO MT, 28.01.2015

Há dois anos, no dia 28 de janeiro de 2013, a entrega de um documento ao povo Xavante marcou o fim da desintrusão (saída de agricultores e não índios) da Terra Indígena Marãiwatsédé, em Mato Grosso. Depois de muitos anos de espera, os indígenas voltavam para a sua terra tradicional – de onde foram retirados à força na década de 60.

A luta pelo retorno à terra durou cerca de 20 anos – desde a declaração de ocupação tradicional pelo Ministério da Justiça, em 1993, até a saída definitiva dos não índios, em 2013. Durante esse período, fazendeiros e ocupantes entraram com várias ações e questionamentos na Justiça para tentar adiar a saída da área.

Agora, dois anos depois da desocupação definitiva, o cacique Paritzané, mais conhecido como Damião Xavante, conta que os índios estão mais tranquilos, mas que encontraram a terra ancestral de 165 mil hectares muito degradada.

“Deixamos a mata fechada. Quando nós voltamos, encontramos só pastagens, destruição da natureza, tudo acabado. Não tem caça, só pasto. Hoje, estamos cuidando para preservar, só que todo ano, desde que começou e antes de começar a desintrusão, só queimaram pasto. E nós encontramos grande dificuldade por causa da destruição que fizeram durante muitos anos”, desabafa.

De acordo com documentos disponibilizados pelo Ministério Público Federal, seis meses depois da desintrusão, a terra indígena foi invadida pelo menos duas vezes e novos mandados de desocupação foram expedidos pela Justiça Federal. Em janeiro de 2014, exatamente um ano após a retirada dos não índios, ocorreu nova invasão.

O secretário executivo do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Cléber Buzatto, destaca a iniciativa xavante de construir mais aldeias como forma de proteger o território. Ele lembra, entretanto, que ainda existe o temor de novas invasões de não índios. Hoje, a área conta com cerca de mil xavantes, segundo informações do cacique.

“Atualmente os xavantes tentam se organizar para ocupar toda a área. Mas o povo [xavante] está vendo as condições mais adequadas porque ainda existem riscos de ocupação do território, algumas ameaças. Por isso, os indígenas estão fazendo avaliações para ver o melhor momento de formar novas aldeias dentro desse território.”

Em nota, a Fundação Nacional do Índio (Funai) informou que a construção das aldeias tem sido tratada de forma conjunta entre a coordenação regional e a própria sede, em Brasília. Há um plano, encaminhado pela associação indígena para a Funai, que prevê a construção de

CONT.



nova aldeia com os recursos da venda de silos (loais de armazenamento) que ficaram na área após a desintrusão. A venda foi autorizada por decisão judicial. O plano, entretanto, ainda está sendo avaliado pela fundação.

Já os antigos ocupantes da terra indígena que se enquadravam como beneficiários da reforma agrária foram, em parte, atendidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Cerca de 97 famílias estão no Projeto de Assentamento Casulo Vida Nova, em uma área semiurbana, no município mato-grossense de Alto Boa Vista. Quem seguiu para a área, entretanto, reclama da total falta de estrutura para moradia e desenvolvimento econômico.

“É muito triste ver a situação que essas pessoas estão vivendo hoje. Sem água, sem luz, o caminhão leva água uma vez por semana. Não dá para sobreviver, não dá para produzir porque a terra é fraca. É varjão e o que não é varjão é um cerradinho bem fraquinho, e o tamanho também é pouco maior que um lote”, critica Maria Brasilina Martins de Sousa.

A família de Brasilina tem um lote no Assentamento Vida Nova, mas ela trabalha com comércio ambulante em Alto Boa Vista. Antes, tinha uma loja na Vila Posto da Mata – que hoje faz parte da Terra Indígena Marãiwatsédé.

“Eu estava começando meu negócio. Estava começando a minha primeira casa. Meu marido tinha terra, gado. O que ficou lá dentro [da terra indígena] e não perdeu, as pessoas compraram pela metade do preço. Eu vendo roupa, já tinha a minha lojinha e hoje sou sacoleira. Saio vendendo de casa em casa, de vilarejo em vilarejo, para pagar um aluguel porque nem minha casa mais eu tive condições de ter.”

O superintendente do Incra em Mato Grosso, Salvador Soltério, explica que a falta de moradias no Projeto de Assentamento Vida Nova é uma questão que não depende mais do instituto. Segundo ele, as famílias devem se inscrever no projeto Minha Casa, Minha Vida Rural.

“O Incra conseguiu liberar recursos para crédito inicial, cerca de R\$ 3 mil por família. Trabalhamos a questão de delimitar as ruas e os lotes, liberamos recursos para encascalhamento das ruas, e o Incra encaminhou todo o processo para a construção das moradias, que se encontra hoje no Banco do Brasil. Além disso, o Incra abriu edital na região para adquirir áreas destinadas a receber mais de 100 famílias que ficaram.”

Na área xavante, o cacique Damião explica que a esperança está nos mais jovens, para que trabalhem e valorizem a terra, pois, segundo ele, não é justo ter a terra e sair para morar na cidade. “Queremos produzir. Por isso, hoje o povo da aldeia Maraiwatsédé está trabalhando. E nós vamos plantar mais. É isso que quero. Esse é o futuro do cacique.”

Setrabetes doa brinquedos, enxovais e redes que estavam abandonados em depósito
SÍTIO BV NEWS, 28.01.2015

Parte dos mais de 110 mil itens, entre brinquedos, utensílios para enxoval de bebês e redes, foi entregue para mais de 350 pessoas de 10 etnias indígenas atendidas pela Casai



A distribuição ocorreu na tarde desta terça-feira, dia 27, na sede da Casai

Parte dos mais de 110 mil itens, entre brinquedos, utensílios para enxoval de bebês e redes, foi entregue para mais de 350 pessoas de 10 etnias indígenas atendidas pela Casai (Casa de Apoio à Saúde do Índio). A distribuição ocorreu na tarde desta terça-feira, dia 27, pela Setrabetes (Secretaria Estadual de Trabalho e Bem-Estar Social).

A atual gestão identificou esses itens (bolas, triciclos, carrinhos, redes e banheiras) estocados e sofrendo com a ação do tempo nos depósitos do Governo. Antes da distribuição os objetos foram avaliados e aprovados pelo Ipem (Instituto de Pesos e Medidas), para garantir a segurança aos beneficiados.

Para a irmã Auristela Spinghen, que trabalha no setor administrativo da Casai, estes brinquedos chegaram em um excelente momento. "Não conseguimos organizar uma comemoração de Natal para nossas crianças, porque não tínhamos presentes. Elas ficaram felizes demais com os brinquedos", comentou.

CONT.



São mais de 200 profissionais, nas áreas de Saúde, Serviço Social e Administrativo, responsáveis, em média, por 600 atendimentos diários de pessoas de várias localidades: além de Roraima, a Casai atende índios do Amazonas, Guiana e Venezuela. "A Casai realiza um trabalho muito importante com a comunidade indígena e a Setrabes está à disposição para ajudar no que for possível", ressaltou a secretária do Trabalho e Bem Estar Social, Emília Campos.

Armésia da Silva, da etnia Macuxi, ficou muito feliz com o triciclo que a filha Yasmim, de um ano e três meses recebeu. "Essa entrega é muito importante, principalmente para quem não tem condições de comprar brinquedos. É a primeira vez que recebo um presente aqui na Casai", declarou.

VISITA

Depois da entrega, a secretária, acompanhada da diretoria da Casai, conheceu as instalações da instituição, ouviu as questões pontuadas sobre as principais necessidades hoje do local, e disse que o governo está à disposição para contribuir no que for possível. A entidade é subsidiada pelo Governo Federal, por meio da Sesai (Secretaria Especial do Índio), vinculada ao Ministério da Saúde.

Jogos Mundiais Indígenas serão o evento de 2015

SÍTIO BRASIL 247, 28.01.2015

Governo federal estabeleceu como prioridade o sucesso dos Jogos Mundiais Indígenas, que acontecerão em Palmas entre os dias 15 e 27 de setembro; foi o que ouviu o prefeito Carlos Amastha (PP) em reuniões com ministros; com George Hilton, do Esporte, foi criada uma comissão para acompanhar as obras do evento; ministro Jacques Wagner, da Defesa, garantiu que esquema de segurança será nos moldes do utilizado na Copa do Mundo; Amastha superou divergências políticas com a ministra Kátia Abreu (PMDB), garantiu apoio dela e consolida os Jogos Mundiais Indígenas como o evento esportivo do Brasil em 2015 e que projetará a capital mais jovem do país para o mundo



Tocantins 247 - O prefeito de Palmas, Carlos Amastha (PP), esteve em Brasília nessa terça-feira, 27, onde cumpriu agenda em quatro ministérios, tratando de ações relacionadas à organização dos Jogos Mundiais Indígenas, que acontecerão em Palmas entre os dias 15 e 27 de setembro. Capital deve receber 22 etnias brasileiras, além de indígenas de mais de 20 países.

Durante reunião de Amastha com o ministro do Esporte, George Hilton, foi criada uma comissão de trabalho integrado composta por representantes da Prefeitura de Palmas e Ministério do Esporte, para melhorar o acompanhamento das obras de infraestrutura esportiva necessárias para o evento. A primeira reunião da comissão está agendada para a próxima sexta-feira, 30, em Palmas.

Fazem parte da comissão representantes do Ministério do Esporte, Comitê Intertribal Memória e Ciência Indígena, ITC, e os secretários Marcílio Ávila (Infraestrutura e Serviços Públicos),

CONT.



Hector Franco (Extraordinária dos Jogos Indígenas), Cleyton Alen (presidente da Fundação Municipal de Esporte e Lazer).

"O ministro enfatizou bastante que é uma prioridade da presidenta Dilma Rousseff. Por isso, colocou seu Ministério à disposição para ajudar no que for necessário para que o evento seja um sucesso e que tenha as obras de infraestrutura esportiva construída em tempo de sua realização", destacou o prefeito Carlos Amastha. "A sinergia entre a prefeitura de Palmas, o governo do estado e o Ministério do Esporte marca o início de uma nova época de um evento que pode ficar para a posteridade", acrescentou.

Na oportunidade, o ministro George Hilton delegou ao deputado federal César Halum (PRB), seu companheiro de partido, a responsabilidade pela interlocução entre o Estado, prefeitura, ministério e parlamento para os assuntos referentes à pasta no Tocantins, incluindo a organização dos 1º Jogos Mundiais Indígenas.

Do ministro da Defesa, Jacques Wagner, que esteve em Palmas há pouco mais de um mês, Amastha ouviu que o evento terá esquema de segurança semelhante ao que foi montado na Copa do Mundo do ano passado. "O ministro Jacques Wagner demonstrou ter total empenho, envolvimento e apoio aos jogos e considera o mesmo como prioritário em termos de segurança", disse Amastha.

Diferenças superadas com Kátia

No seu périplo pela Esplanada dos Ministérios, o prefeito Carlos Amastha se reuniu com a ministra da Agricultura, Kátia Abreu (PMDB). No primeiro encontro dos dois após as eleições, em que Amastha apoiou o candidato a senador Eduardo Gomes (SD), derrotado por Kátia, o clima foi amistoso.

Amastha reiterou pedido de apoio à ministra para os Jogos Indígenas, no que foi atendido pela senadora licenciada. Kátia Abreu foi peça chave na concretização dos planos de Palmas para sediar os jogos, apoiando o evento e fazendo gestão no governo federal.

Amastha e os secretários também estiveram reunidos com o secretário nacional do Turismo, Vinicius Lummertz. Também participaram das reuniões com os ministros, os secretários Christian Zini (Acessibilidade, Mobilidade, Trânsito e Transporte), Francisco Viana (Segurança e Defesa Civil) e Tiago Andrino (Integração Social e Defesa do Consumidor).

Líder de associação indígena diz ser contra invasão da Sesai em Roraima

SÍTIO GLOBO.COM (G1), 28.01.2015

*Protesto não foi acertado com demais lideranças, diz Davi Kopenawa.
Indígenas pedem exoneração de coordenadora do Dsei Yanomami.*

Anne de Freitas
Do G1 RR

O presidente da Hutukara Associação Yanomami, Davi Kopenawa, disse em entrevista coletiva na tarde desta terça-feira (27) não ser a favor da manifestação feita por indígenas das etnias Yanomami, Xirixana e Xiriana, que ocupam o prédio da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) em Roraima há uma semana.



Índios estão acampados no prédio da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), no Centro de Boa Vista (Foto: Emily Costa/G1 RR)

Eles pedem a exoneração da coordenadora do Distrito Especial de Saúde Indígena Yanomami (Dsei-Y), Maria de Jesus do Nascimento, e alegam ainda que não há remédios e atendimento médico na área indígena.

De acordo com Davi Kopenawa, a manifestação foi feita sem prévio acordo com as demais lideranças indígenas das regiões atendidas pela Sesai. "Eu não sou a favor do protesto, pois o meu povo Yanomami não preparou isso. Não preparamos nenhum documento, nenhum dossiê. Eu sou contra porque isso é 'por conta' de apenas dois indígenas e por motivos pessoais", explicou.

Kopenawa afirma ainda que o pedido de exoneração da atual coordenadora do Dsei-Y é infundado, tendo em vista a recente entrada de Maria de Jesus no cargo, ocupado anteriormente por Claudete Schuertz, que saiu da coordenação após exigência dos indígenas. Maria assumiu em 2014 e, segundo ele, o trabalho dela ainda não terminou.

"Nós somos a favor da permanência de Maria de Jesus porque ela ainda não completou o trabalho. Todos sabem que o nosso território é grande, de Roraima e do Amazonas. Se fosse uma área pequena, os problemas já teriam sido resolvidos há muito tempo. Ela vem trabalhando com a gente e prometeu melhorar a saúde do povo indígena. São esses dois Yanomami 'da cidade' que querem mandar ela ir embora, mas nós não vamos deixar", afirmou.

CONT.



O presidente do Conselho Distrital da Saúde Indígena Yanomami, Alberto Góes, disse não ter conhecimento sobre o dossiê que denuncia o suposto descaso com a saúde nas comunidades indígenas. Ele afirma que os números apresentados pelos manifestantes não correspondem à realidade.

"Muita coisa aconteceu. Mas, do jeito que esse dossiê está sendo apresentado, de que tem várias mortes de adultos e crianças, a gente não comprova isso nas nossas malocas. Inclusive na minha região, que é no Amazonas, não se confirmam esses dados. Muitas mortes de adultos aconteceram sim, mas não com números tão grandes. Acho que há manipulação do que realmente está acontecendo e não confirmamos essa alta taxa em nosso território", disse.

Retirada

De acordo com eles, uma decisão liminar foi emitida pela Justiça e entregue na manhã desta terça com pedido de retirada dos manifestantes em até 24 horas. A ação foi ajuizada pela Advocacia-Geral da União (AGU).

"Não é hora de brigar. Vamos fazer isso por coisa certa, pois essa briga só está prejudicando a nossa luta. Nós queremos trabalhar e isso só atrapalha. Eles [manifestantes] vão sair para os funcionários da Sesai começarem a trabalhar. Nós pedimos à Justiça a retirada deles", disse Kopenawa.

Os indígenas ocupam o prédio da Sesai desde o dia 19 deste mês. Reuniões de negociação com os líderes da manifestação foram feitas com o Ministério da Saúde e Ministério Público Federal, mas nenhum acordo foi fechado.

Por telefone, o Ministério da Saúde informou que está em contato com os indígenas e acrescentou que não há previsão de visita para verificar a situação em Roraima.

Outro lado

Júnior Hekurari Yanomami, um dos líderes da manifestação, informou que, 'culturalmente', não era necessário avisar a todas as lideranças indígenas sobre a realização do protesto. Entretanto, ele ressaltou que houve conversas com o presidente da Associação Hutukara, Davi Kopenawa, explicando os motivos da ocupação do prédio da Sesai.

Sobre a suposta manipulação dos dados, Júnior explicou que as informações do dossiê foram dadas pelo Distrito Yanomami. "Esses dados de mortes e de malária são do Dsei. O movimento não está falsificando nada", assegurou.



Estado realiza censo das comunidades quilombolas na Paraíba

SÍTIO PARAÍBA TOTAL, 28.01.2015

É uma pesquisa inédita de forma detalhada desse público

As entidades públicas e privadas contam com novo instrumento que pode ajudar na implementação e consolidação de políticas públicas voltadas para as comunidades afrodescendentes na Paraíba. O Estudo Censitário da População Quilombola 2012 é uma pesquisa inédita de forma detalhada desse público e o mais recente censo divulgado. O levantamento foi organizado pelo Governo do Estado, por meio do Projeto Cooperar, e apresenta o perfil das 38 comunidades existentes na Paraíba.

Segundo o censo, mais de 70% das pessoas que residem nas comunidades quilombolas ainda buscam na agricultura de subsistência e pecuária de pequeno porte as principais atividades para gerar emprego e renda. O estudo censitário foi executado pela Associação de Apoio aos Assentamentos e Comunidades Afrodescendentes. Outra informação divulgada na pesquisa é a prevalência da população jovem nessas comunidades com média de 27,8 anos que mostra a necessidade de investimentos para esse público.



Foto: internet

Para o gestor do Projeto Cooperar, Roberto Vital, o estudo é uma coleta de dados sistemática e aprofundada onde foram usados os parâmetros censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e com um afinamento de algumas categorias específicas mais pertinentes a esta realidade.

“Os objetivos que nos propusemos alcançar por meio do censo foram atingidos. A realidade das comunidades aparece detalhada em todos seus aspectos, problemas, demandas e desafios das 1.905 famílias entrevistadas”, lembrou Roberto Vital. Na pesquisa, foram feitas análises em 190 amostras de água, contratados 50 recenseadores das próprias comunidades, realizados 150 acompanhamentos de supervisão em campo com equipes de supervisores, entre outros.

Política de inclusão – Nos últimos quatro anos, o Projeto Cooperar em parceria com o Banco Mundial, destinou mais de R\$ 1 milhão para a implantação de projetos produtivos e de

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 16/ 2015

Brasília, 28 de janeiro de 2015.

infraestrutura para comunidades quilombolas que beneficiaram 3.265 famílias em oito municípios, como: Cacimbas, Serra Redonda, Ingá, Areia, Dona Inês, Diamante, Riachão de Bacamarte e São José de Princesa.

As informações do censo podem ser acessadas através do encaminhamento das demandas ao Projeto Cooperar, por meio de ofício ao gestor do órgão, Roberto Vital no seguinte endereço: Projeto Cooperar do Estado da Paraíba, BR-230, KM 14, S/N. Estrada de Cabedelo, Cabedelo-PB, CEP: 58310-000.

Secom – PB.



Boletim de Notícias - Edição nº 16/ 2015

Brasília, 28 de janeiro de 2015.

Quilombolas de Rondônia esperam demarcação

SÍTIO PORTAL EBC, 28.01.2015

Michelle Moreira

As comunidades quilombolas de Forte Príncipe e Santa Sé, no município de Costa Marques, em Rondônia, esperam há anos pela demarcação de suas terras.

O Ministério Público de Ji-Paraná ajuizou duas ações civis públicas contra a União e o Incra - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - para que seja concluída a titulação das áreas.

[Escute o áudio.](#)



Sepaz distribui cartilhas a ribeirinhos

SÍTIO RONDÔNIA AO VIVO, 28.01.2015

A Operação Carnaval Disque 100 distribuiu centenas de cartilhas com informações preventivas sobre dependência química para famílias ribeirinhas do Baixo Rio Madeira, combatendo o fim da violência contra crianças e adolescentes.

A Superintendência Estadual de Promoção da Paz (Sepaz) pegou carona no barco da Secretaria de Assistência Social (Seas) esta semana, juntamente com demais representantes de órgãos públicos estaduais.

Diversos representantes do Estado e da Rede Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes participam do trabalho, que tem por objetivo a conscientização da população sobre a incidência dessa prática em Rondônia.



Fiscais apreendem 400 equipamentos

SÍTIO DIÁRIO DE CUIABÁ, 28.01.2015

Da Reportagem

Mais de 400 equipamentos de pesca foram apreendidos em cinco dias durante uma operação realizada nos municípios de Araguaiana e Cocalinho, Região Leste de Mato Grosso. Além disso, foi apreendido cerca de oito quilos de pescado ilegal de diferentes espécies.

A operação é fruto de uma integração entre a Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema) e Polícia Militar. Ao todo, foram apreendidas 81 redes de malhas, 142 anzóis, 114 pindas, 17 carretilhas, 19 tarrafas de malhas, 13 molinetes, 05 motores para barco, 05 embarcações, 09 caixas de pesca, 01 pescado barba chata e 08 kg de pescado ilegal de diferentes espécies.

A ação aconteceu entre 15 e 20 de janeiro, visando combater a pesca depredatória. As ações foram executadas e as apreensões foram feitas em fazendas, pesqueiros, barcos e ribeirinhos, situados às margens do Rio Araguaia.

Vale ressaltar que no o período de piracema nos rios do Estado seguem até o dia 28 de fevereiro, daqui a um mês. As datas levam em consideração a Instrução Normativa do Instituto Brasileiro e Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Até a data final, é proibida a pesca, incluindo na modalidade pesque e solte. Só está liberada a pesca de subsistência para a população ribeirinha, que garante a alimentação familiar, sem fins comerciais.

Para esse tipo de pesca, a cota diária é de até três quilos ou um exemplar de qualquer peso, por pescador. Os infratores pegos vão ser multados, pagando de R\$ 1 mil a R\$ 100 mil.

As denúncias podem ser feitas na ouvidoria da Sema. Vale ressaltar que o órgão recebe denúncias de todos os tipos de crimes ambientais. (YR)



Pescadores de Monte Alegre cobram pagamento do seguro defeso de 2014

SÍTIO GLOBO.COM (G1), 28.01.2015

*Categoria denúncia existência de falsos pescadores.
Z-11 disse que pagamento será feito em fevereiro.*

Do G1 Santarém, com informações da TV Tapajós

Pescadores artesanais que fazem parte da Colônia Z-11, em Monte Alegre, oeste do Pará, fizeram uma manifestação pacífica em frente na terça-feira (27), para cobrar agilidade no pagamento do seguro defeso referente a 2014. Eles também protestaram contra a existência de falsos pescadores recebendo o benefício.

Dezenas de trabalhadores se reuniram em frente ao prédio da Z-11. O objetivo do manifesto foi obter, ao menos, uma previsão de quando será efetuado o pagamento. "Temos listas aqui de falsos pescadores. Quem conhece empresário distribuidor de gás. Quer dizer que todos esses aqui recebem. Quanto é que eles pagam para esse cara [presidente da Z-11] que está aí dentro", questiona o pescador, Manoel Dantas.

O presidente do órgão, Jorge Andrade, conversou com a categoria, negou as acusações de benefícios para falsos pescadores e explicou que a investigação cabe a Polícia Federal. "Há muito tempo vem tendo essas denúncias, mas isso é de responsabilidade da Polícia Federal. Já entreguei todo nosso relatório de pescadores à PF. Eu não sou obrigado a conhecer 4.800 pescadores".

Segundo a Z-11, o pagamento deve sair no mês de fevereiro. "O pagamento é a partir do momento da recepção e a recepção ainda não foi efetuada. Estamos aguardando uma resposta do Ministério do Trabalho de Santarém", concluiu Andrade.



Condutores de turismo de pesca terão profissão reconhecida

SÍTIO PORTAL BRASIL, 28.01.2015

Segundo a Associação Nacional de Ecologia e Pesca Esportiva (Anepe), o Brasil conta com mais de 60 mil condutores de pesca

Até meados de fevereiro, os profissionais que prestam apoio à pesca amadora terão a sua profissão reconhecida como condutores do turismo de pesca.

A nomenclatura será inserida na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Conhecidos popularmente por guias de pesca, piloteiros ou pirangueiros; esse profissionais apontam os melhores e mais seguros pontos de pesca.

A iniciativa, que atende a uma antiga reivindicação da categoria, é o resultado de uma parceria entre o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) e o MTE.

Segundo a Associação Nacional de Ecologia e Pesca Esportiva (Anepe), com sede em São Paulo, o Brasil conta com mais de 60 mil condutores de pesca.

O reconhecimento da profissão é um passo fundamental para os guias de pesca – geralmente trabalhadores com origem na pesca artesanal - serem contratados por hotéis e empresas como condutores de turismo de pesca, com todas as garantias sociais inerentes, como seguridade social, férias e 13º salário.

Assim, os serviços de apoio à pesca amadora em regiões como a Amazônia, o Pantanal e o litoral brasileiro poderão alcançar um patamar mais elevado de profissionalismo. A iniciativa deverá ser, inclusive, complementada por cursos de aperfeiçoamento profissional.

Classificação

De acordo com o MTE, além da ocupação de condutor de Turismo de Pesca, a versão atualizada da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) irá reconhecer a profissão de condutor de Turismo de Aventura.

As atividades serão consideradas como uma “família ocupacional” da CBO, que tem 2,5 mil atividades profissionais cadastradas. Neste primeiro momento, o grupo vai congrega apenas as duas categorias de condutores.

CONT.



Posteriormente, serão incluídas as atividades de condutores Visitantes de Unidades de Conservação e de monitor de turismo em locais de interesse cultural.

Atualmente o Ministério do Turismo (MT) está desenhando a Política Nacional de Qualificação em Turismo, que poderá contribuir com a capacitação de profissionais, a partir da oferta de cursos específicos para estes segmentos.

No final do ano passado, o Ministério do Trabalho e Emprego promoveu, com a participação do Ministério do Turismo, uma oficina com trabalhadores na tentativa de verificar as atividades concernentes à atuação profissional.

A reunião foi mais um passo para estabelecer as competências mínimas essenciais aos profissionais que atuam em atividades relacionadas a esses segmentos.

Na ocasião estiveram presentes representantes do Ministério da Pesca, do Sebrae, da Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura (Abeta) e do Senac.

Presidentes da ABLA e da Frente Parlamentar Mista da Pesca e Aquicultura

O Ministro Helder Barbalho recebeu, na terça-feira (27), os presidente da Associação Brasileira de Aquarofilia (Abla), Ricardo Dias, e da Frente Parlamentar Mista da Pesca e Aquicultura, Cleber Verde.

Na ocasião, o presidente da Abla apresentou a cadeia produtiva dos peixes ornamentais ao ministro e ressaltou a importância do fortalecimento desse nicho para o crescimento do setor pesqueiro como um todo, devido ao seu alto valor agregado.

"A atividade ornamental tem um grande potencial para alavancar a atividade pesqueira, por ser um celeiro de espécies de interesse mundial. Certamente, com um ministro que representa o Estado do Pará, o qual representa 84% das exportações, a atividade terá a devida dedicação por parte do MPA", disse Dias.

Mundialmente, o comércio de peixes ornamentais movimenta cerca de 350 milhões de exemplares por ano e, destes, 90% são criados em cativeiros, ou seja, em fazendas de piscicultura.

Durante o encontro com o presidente da a Frente Parlamentar, foi debatido o interesse em fortalecer a parceria do grupo com o ministério.

"Os recursos de emendas são fundamentais; no ano passado,o estado do Maranhão conseguiu empenhar um recurso importante para a construção da primeira fábrica de ração. Com essa fábrica, os produtores terão uma ração subsidiada com custo menor", afirmou Cleber Verde.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 16/ 2015

Brasília, 28 de janeiro de 2015.

A Frente Parlamentar é composta por deputados e senadores que lutam pela valorização e reconhecimento do pescador por meio do desenvolvimento de projetos. A captação de recursos é destinada para associações, entidades e demais órgãos relacionados ao setor pesqueiro e aquícola brasileiro.

Fonte: Ministério da Pesca e Aquicultura.